ADRIANA PRADO ALBUQUERQUE:50832999334

Assinado de forma digital por ADRIANA PRADO ALBUQUERQUE:50832999334
Dados: 2024.09.23 12:59:26 -03'00'

TERMO DE CONTRATO Nº 323/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032066.016-2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2024

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO, VISANDO ATENDER AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE UNIÃO – PI FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO-PI POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA I SEG SEGURANCA E INTELIGENCIA EIRELI.

MUNICÍPIO DE UNIÃO-PI, pessoa jurídica de direito público interno, regularmente inscrito no CNPJ sob o n° 06.553.606/0001-30, por intermédio da Secretaria de Educação, inscrita no CNPJ sob o nº 06.553.606/0005-64, com sede na Rua 13 de Maio, S/N, Bairro São João, União-PI, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação, Sra. Francisca da Luz Castro Melo, portadora da Carteira de Identidade no 801299 expedida pela SSP-PI, e CPF no 330.561.023-91, doravante chamado abreviadamente de **CONTRATANTE** e a empresa **I SEG SEGURANCA E INTELIGENCIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n° 21.248.951/0001-54, com sede na Avenida Barão de Castelo Branco ,691 - Monte Castelo - CEP. 64.016-850 - Teresina – PI, neste ato representada pela Sra. Adriana Prado Albuquerque, portadora do RG: 2.107.713 SSP-PI e CPF: 508.329.993-34, doravante denominada **CONTRATADA,** têm justo e acordado, celebrar o presente **CONTRATO,** mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 - Caberá ao fornecedor, de acordo com o Processo Administrativo 032066.016-2024 – referente a contratação direta com base no valor, por meio de Dispensa de Licitação nº 24/2024, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO, VISANDO ATENDER AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE UNIÃO – PI.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA /MODELO	UNID.	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	DVR 32 CANAIS - SAÍDA BNC ,DE ALTA QUALIDADE E FÁCIL GERENCIAMENTO DE IMAGENS. VISUALIZAÇÃO EM 1080P .GARANTIA: MÍNIMA DE 12 MESES	INTELBRAS/MHDX 1232	PC	4	R$ 2.700,00	R$ 10.800,00
2	CÂMERA DOME- PLAS 720P IR20M 1/4.5 2.6MM IP66- GARANTIA: MÍNIMA DE 12 MESES	TWG/TW-7620 AD	UND	60	R$ 170,00	R$ 10.200,00
3	CÂMERA BULLET- PLAS 1080P IR20M 1/4.5 2.6MM IP66- GARANTIA: MÍNIMA DE 12 MESES	TWG/TW-7720 AB	UND	40	R$ 140,00	R$ 5.600,00

ADRIAN A PRADO ALBUQUERQUE:50832999334 Assinado de forma digital por ADRIAN A PRADO ALBUQUERQUE:50832999334 Dados: 2024.09.23 13:00:35 -03'00'

4	CAIXA ORGANIZADORA METÁLICA P/ DVR DIMENSÕES 385 MM X 500 MM X 350 MM , INCLUÍDOS ACESSÓRIOS C/2 CHAVES , COR: PRETO. COM GARANTIA DE 12 MESES	JL PROTEC/8U DIMENSÕES 385MMX500MMX350MM	UND	4	R$ 160,00	R$ 640,00
5	FONTE CHAVEADA - 12V 20 AP ,SAÍDA ESTABILIZADA; ACABAMENTO DE METAL COM ALTA RESISTÊNCIA, GERANDO UMA LONGA VIDA ÚTIL; MATERIAL: ALUMÍNIO E METAL COM PESO: 0,395 KG. GARANTIA: MÍNIMA DE 12 MESES	TWG/TW-1220 FG	UND	4	R$ 60,00	R$ 240,00
6	CAIXA PROTETORA EXTERNA-FEITA EM PP UV DE COR BRANCA, PODENDO FICAR EXPOSTA A RAIOS SOLARES, COM RECORTE NA TAMPA PARA PASSAGEM DE CABOS E AFINS, CANALETAS PARA POSICIONAR OS FIOS NA PARTE TRASEIRA E COM 2 PARAFUSOS PARA FIXAR A TAMPA JUNTAMENTE COM UM ANEL ORING PARA VEDAÇÃO, ESTA CAIXA FACILITA O ACESSO DOS CONECTORES DA CÂMERA EM CASO DE MANUTENÇÃO E MANTÉM UMA APARÊNCIA ENXUTA E AGRADÁVEL PARA SUAS INSTALAÇÕES DE CFTV, NÃO AGREDINDO ASSIM A APARÊNCIA DO AMBIENTE EM QUE ESTA CAIXA ESTIVER INSTALADA. GARANTIA: MÍNIMA DE 12 MESES	JL PROTEC/CX PROTETORA CFTV	UND	100	R$ 4,00	R$ 400,00
7	CONECTOR P4 MACHO- DIMENSÕES 12 X 7,2 X 3,9 CM; 50 G , ACABAMENTO EM METAL E PP.GARANTIA: MÍNIMA DE 12 MESES	JL PROTEC/P4 MACHO	PC	100	R$ 2,00	R$ 200,00
8	CONETOR BNC - SENDO EM AÇO INOXIDÁVEL ,COR: PRATA .GARANTIA: MÍNIMA DE 12 MESES	JL PROTEC/BNC	PC	200	R$ 1,50	R$ 300,00
9	CABO COAXIAL BLINDADO-INDICADO PARA A INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA COM ALTA QUALIDADE DE TRANSMISSÃO E CONDUÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 12V.- CAPA: PROTEÇÃO UV (PARA USO EXTERNO) MALHA: 80%. 100M DE COMPRIMENTO. GARANTIA: MÍNIMA DE 12 MESES	CONDUTTI/DUPLA BLINDAGEM 4MM/80% MALHA	UND	16	R$ 110,00	R$ 1.760,00
10	HD DISCO RÍGIDO - LOCALIZAÇÃO :INTERNO, SENDO 2 TERAS, CÂMERAS COMPORTÁVEL: ATÉ 64MB,RESISTENTE À CORROSÃO, INTERFACES SATA. GARANTIA: MÍNIMA DE 12 MESES"	OTEC/HD2T CFTV	UND	4	R$ 400,00	R$ 1.600,00

ADRIANA PRADO ALBUQUERQUE:50832999334 Assinado de forma digital por ADRIANA PRADO ALBUQUERQUE:50832999334 Dados: 2024.09.23 13:01:02 -03'00'

11	MÃO DE OBRA - REALIZAR A INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO ,ORIENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE CÂMERAS DE SEGURANÇA.	PRÓPRIA/PRÓPRIA	SV	4	R$ 1.565,00	R$ 6.260,00
VALOR TOTAL					**R$ 38.000,00**	

1.2 - O fiel cumprimento da obrigação ofertada na proposta comercial apresentada ao CONTRATANTE, que foi devidamente analisada e aceita, e cujo conteúdo faz parte integrante do presente contrato, independente de transcrição, constando as referidas propostas na íntegra, no processo.

CLÁUSULA SEGUNDA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

2.1 - O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, Execução, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Edital.

2.2- Integram e complementam o presente Contrato, independentemente de transcrição o Processo Administrativo nº 032066.016-2024, Procedimento de Dispensa nº 24/2024, sob a modalidade DISPENSA e a propostada Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 – A despesa decorrente deste CONTRATO ocorrerá por:

DOT. ORÇAMENTÁRIA	PROJ DE ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	ELEM. DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
12.361.0004.2008.0000	2008	MANUTENÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO	44.90.52	500
12.361.0004.2017.0000	2017	MANUTENÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO- 30%	33.90.39	540/541/542

CLÁUSULA QUARTA — DO VALOR

4.1 - O valor contratado é de R$ 38.000,00 (Trinta e Oito Mil Reais).

4.2- No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação

CLÁUSULA QUINTA — FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado de forma integral, em até 30 (trinta) dias, após a finalização dos serviços, através de pagamento da fatura encaminhada pela empresa contratada, até o vencimento, e sempre após a entrega do material, mediante pagamento eletrônico, em conta bancária em nome da CONTRATADA indicada na Nota Fiscal apresentada, ou por outros meios.

5.2- No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor de correção monetária.

ADRIANA PRADO ALBUQUERQUE:50832999334 Assinado de forma digital por ADRIANA PRADO ALBUQUERQUE:50832999334 Dados: 2024.09.23 13:01:23 -03'00'

5.3 - A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4 - Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.5 - O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.6 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.7 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.7.1 - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.7.2 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.7.3 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.7.4 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.7.5 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

CLÁUSULA SEXTA –DA EXECUÇÃO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

6.1 - Os serviços deveram ser prestados mediante autorização de serviço e deverá ser iniciado após a assinatura do contrato, junto a Secretaria Municipal de Educação.

ADRIANA PRADO ALBUQUERQUE:50832999334 Assinado de forma digital por ADRIANA PRADO ALBUQUERQUE :50832999334 Dados: 2024.09.23 13:02:29 -03'00'

6.2 – Os serviços serão prestados, obedecerão à especificações contidos no Termo de Referência resumido (planilha de descrição do material) contido no presente processo de contratação, bem como as regras da praxe comercial, devendo ser prestados, conforme transcrito no termo de referência, nos locais indicados na competente ordem de serviço emitida pelo gestor do contrato indicado no presente termo.

CLÁUSULA SÉTIMA — DO REAJUSTE

7 .1- Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/09/2024.

7.2- Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 -No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO, INEXECUÇÃO OU RESCISÃO:

8.1 - A inadimplência de cláusulas e condições estabelecidas no presente contrato ou ocorrência de quaisquer das situações descritas no art. 137 da Lei n° 14.133/2021, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE a prerrogativa de dá-lo por rescindido de pleno direito, mediante interpelação judicial ou extrajudicial, além da possibilidade de imputação das sanções previstas nos artigos 156, 157 e 158 da referida Lei.

8.2 - O presente contrato poderá ser rescindido por conveniência administrativa do Contratante, conforme disposição do artigo 137 da Lei n° 14.133/2021, hipótese que também não caberá à Contratada qualquer tipo de indenização.

8.3 - O presente contrato regular-se-á no que concerte à sua execução, inexecução ou rescisão pelas disposições da Lei n° 14.133/2021, de 1° de abril de 2021, observadas suas posteriores alterações, por suas cláusulas e pelos preceitos e princípios do direito público.

8.4 - Pelo descumprimento total ou parcial das condições previstas no contrato, a Contratante poderá aplicar à Contratada as sanções do art. 156, da Lei n° 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis.

ADRIAN A PRADO ALBUQUERQUE:50832999334 0832999334 Assinado de forma digital por ADRIANA PRADO ALBUQUERQUE: 50832999334 Dados: 2024.09.23 13:02:47 -03'00'

8.5 - As penalidades previstas no contrato poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério das partes, se entenderem as justificativas apresentadas por ambas como relevantes.

CLÁUSULA NONA — DA FUNDAMENTAÇÃO:

9.1 - O presente contrato administrativo regula-se pelas cláusulas definidas nos autos desse processo licitatório, tendo como fundamento legal, o art. 75, Incisos II da Lei n° 14.133/2021 c/c Decreto n° 10.922, de 30 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PRAZO DE VIGÊNCIA

10.1 - O prazo de vigência da presente Contrato será de a partir de sua assinatura, por 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

§ 1º - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- São obrigações do Contratante, além das contidas no termo de referência:

11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

11.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

11.7 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
11.8 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de *30 (trinta dias)* para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
11.8.1- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além das obrigações contidas no termo de referência, a contratada se obriga a:

12.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.1.1 - Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

ADRIANA PRADO ALBUQUERQUE:50832999334 Assinado de forma digital por ADRIANA PRADO ALBUQUERQUE:50832999334 Dados: 2024.09.23 13:03:05 -03'00'

12.1.1.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

12.1.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

12.1.3 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.1.8 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

12.1.9 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.1.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.1.11 - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.1.12 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

12.1.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.1.14 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

12.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto

ADRIANA PRADO ALBUQUERQUE:50832999334 Assinado de forma digital por ADRIANA PRADO ALBUQUERQUE:50832999334 Dados: 2024.09.23 13:03:26 -03'00'

na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.1.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

12.1.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

12.1.18 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

12.1.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.1.20 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.21 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DOS CASOS DE EXTINÇÃO E RESCISÃO

14.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

14.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.4 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.3 Indenizações e multas

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DOS CASOS OMISSOS

15 .1- Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 - O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

16.4 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1 - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — DO FORO

18.1- Fica eleito o Foro da Cidade de União - Piauí, como o único competente para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

União-PI, 23 de setembro de 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CNPJ: 06.553.606/0005-64
Francisca da Luz Castro Melo
CONTRATANTE

ADRIANA PRADO ALBUQUERQUE:50832999334
Assinado de forma digital por ADRIANA PRADO ALBUQUERQUE:50832999334
Dados: 2024.09.23 13:03:53 -03'00'

I SEG SEGURANCA E INTELIGENCIA EIRELI
CNPJ:21.248.951/0001-54
Adriana Prado Albuquerque
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:_____
CPF: _____
Nome:_____
CPF: _____